

Redemocratização e hegemonia: educação política e movimentos populares nos anos 1978-1989

Vitor Martins Fraga

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense

vitor.fraga021@gmail.com

1. Educação política nos movimentos populares

Ao longo dos anos 1980, diversas forças sociais, de diferentes matrizes ideológicas, disputaram a hegemonia política no período da redemocratização brasileira. Nesse momento de passagem das lutas contra a ditadura para a tentativa de construção de uma sociedade democrática, a luta popular adquire outra configuração, e também um porte maior por conta da expansão da sociedade civil.

Desde a década de 60, uma vertente da educação popular atuou no Brasil com “objetivos políticos”, buscando possibilitar as condições para a construção de uma hegemonia popular a ser alcançada “antes de conquistar o poder governamental”. A educação popular vinha se tornando abertamente “ato político”, cujo horizonte era cada vez mais uma “ação educativa criticizadora” (FREIRE, 1989a, p.88). A partir do fim dos anos 1970, e com nova força, as iniciativas de educação popular no Brasil estiveram diretamente ligadas ao fortalecimento dos movimentos populares e à sua educação política:

Ao longo de mais de meio século, a educação popular brasileira esteve voltada, substancialmente, para objetivos políticos chegando a criar condições para a construção de uma hegemonia popular alcançada “antes de conquistar o poder governamental”. Não é sem razão que Frei Betto tem afirmado, em diversas ocasiões, que um dos maiores responsáveis pela vitória de Lula nas eleições de 2002 tem sido Paulo Freire (SEMERARO, 2004, p.57)

Além de Paulo Freire, havia uma “incalculável legião dos que, na esteira dele, com mais ou menos visibilidade, fizeram da educação um ‘ato político’ dedicado a ‘conscientizar’ e mobilizar consideráveis setores populares” (*Ibid.*). Essas *experiências político-pedagógicas populares* originaram uma “reciprocidade fecunda e singular entre educação e política”, que marcou a construção dos movimentos populares, aliada “a um projeto de sociedade e de Estado que deveriam ser re-fundados sobre a formação política e a participação ativa das classes subjugadas, dos mais pobres e espoliados” (*Ibid.*, p.58).

A mobilização pela alfabetização de jovens e adultos, na década de 1960, foi composta de vários movimentos baseados na educação popular. O *Movimento de*

Educação de Base (MEB) surgiu como uma iniciativa da Igreja Católica, em 1961, através da colaboração entre o governo federal e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) no processo de alfabetização de adultos. O *Movimento de Cultura Popular* (MCP) teve início em 1960, ligado ao governo municipal de Recife, com a participação de Paulo Freire – que era o diretor da Divisão de Pesquisa e Coordenador do Projeto de Educação de Adultos da organização. O movimento utilizava centros de cultura para alfabetizar pessoas através de grupos de debate. Foi extinto em 1964 pelo golpe tecnocrata-militar, que prendeu e exilou alguns de seus integrantes – entre eles, Paulo Freire.

O *Centro Popular de Cultura* (CPC) também surge em 1961, fundado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e por artistas e intelectuais da época, que utilizavam peças teatrais para difundir a cultura popular. O CPC acabou em 1964, também por ação do regime militar, que incendiou a sede da UNE, no Rio de Janeiro. A *Campanha de Educação Popular* (Ceplar) originou-se na Paraíba, em 1961, criada pelo governo estadual, e era fortemente embasada no método Paulo Freire. Essas e outras iniciativas sofreram dura perseguição por parte do governo autoritário, assim como seus membros.

Nos anos que se seguiram, mesmo com a ausência de partidos e sob regime ditatorial, diversas organizações populares mantinham-se articuladas – principalmente com a ajuda da Igreja católica –, em conexão com o que acontecia na América Latina. A Revolução Cubana (1959), “tão grandiosa quanto a francesa, a russa e a chinesa”, foi mais um marco na tradição de revoluções populares no continente, inspirando camponeses e trabalhadores de outros países na luta pela libertação e gerando, como reação, “uma sequência de ditaduras militares impostas nos países mais estratégicos do continente sul-americano” (SEMERARO, 2009, p.129). Em 1963, aconteceu o golpe militar no Equador; em 1964, no Brasil; em 1968, no Uruguai, e também no Peru; em 1971, a Bolívia foi palco de mais um violento golpe de Estado. Na Argentina, o primeiro golpe acontece em 1967, e em 1976 se iniciou um dos regimes mais sangrentos do período, com mais de 30 mil mortos ou desaparecidos. O caso do Chile é emblemático, já que em 1970 tem início o governo de Salvador Allende, sustentado por uma frente ampla, a Unidade Popular, que reunia comunistas, socialistas e movimentos populares – uma experiência que foi interrompida, também violentamente, em 1973, quando se instaura a ditadura do general Augusto Pinochet.

Toda essa mobilização no continente influenciava fortemente os movimentos populares no Brasil. Mesmo diante de forte repressão a essas organizações, diversos movimentos floresceram a partir do fim dos anos 1970 e início dos 80, articulados em boa parte em torno das experiências de educação como “ato político”. Esse *projeto popular de educação política*, que se forma dentro de uma grande mobilização popular contra a ditadura, deixou marcas profundas no caminho da redemocratização brasileira.

A mobilização popular ajudou a alimentar um “campo democrático e popular” (PALUDO, 2001, p.43-64), uma “articulação e congregação de forças políticas e culturais com capacidade de intervenção organizativa”. Embora se apresentasse de “forma fragmentária e difusa”, esse “campo democrático e popular” teria contribuído, no contexto histórico da redemocratização, para “um alargamento substantivo da sociedade civil brasileira e das classes populares que [...] constituem-se como sujeitos políticos e passam a se expressar na cena pública de forma autônoma e falando por si mesmos” (*Ibid.*, p.46).

A disputa pela hegemonia vai se impondo como elemento principal, exigindo das organizações populares a capacidade de ocupar espaços na sociedade civil que possibilitassem as condições para criar um novo Estado popular e democrático. Essa migração de forças sociais, que atuavam em oposição à ditadura militar, para um novo ambiente de uma sociedade civil em expansão, tem como um dos principais resultados a construção de um projeto alternativo de sociedade, articulado em um campo democrático e popular.

Daí se originou um mosaico gigantesco de pequenas organizações e movimentos populares, que de forma molecular ajudaram a construir organizações maiores como o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, que se tornaria o maior partido de esquerda da América Latina; em 1981, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), principal central sindical do país; e em 1984, uma organização de trabalhadores rurais, o MST (Movimento dos Sem Terra). “Daí nasceu a CUT, o PT e o MST. [...] Na eleição de 1989, disputamos um projeto para a sociedade e Lula, como candidato, era um mero porta-voz desse projeto que foi derrotado”, afirmou João Pedro Stédile, membro da Coordenação Nacional do MST, em entrevista ao jornal Valor Econômico (NASSIF; AGOSTINE, 2007).

No bojo desse processo, e também em sua origem, está o trabalho de educação política desenvolvido desde os anos 1960. Surge um “campo democrático e popular”, em que se fermentava um projeto de Estado democrático-popular, calcado

essencialmente na experiência de *educação política* dos movimentos populares. Mas o que foi feito então desse projeto alternativo de sociedade, cuja pedra-de-toque era a *educação política*?

1.1.Contexto histórico: anos 1978-1989

Entre os anos 1978 e 1989, o Brasil viveu um ciclo de intensa mobilização política popular, que começou com as greves dos metalúrgicos no fim dos anos 1970. Também proliferaram “alternativas de participação popular”, tais como associações de moradores e sociedades de amigos de bairro; no ABC paulista, trabalhadores da indústria metalúrgica dão início ao “novo sindicalismo” (MENDONÇA; FONTES, 2004, p.69-72).

A redemocratização, que seria em princípio um projeto dos militares de “descompressão tutelada”, não resistiu à pressão das ruas contra o arbítrio nem às divergências internas dos militares quanto à transição. As manifestações pelas *Diretas-Já*, em 1984, foram o ponto máximo de uma mobilização política de proporções inéditas na história do Brasil (*Ibid.*, p.87). Em março de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentara uma proposta de emenda constitucional que pretendia restabelecer as eleições diretas para presidente da República. A proposta recebeu a adesão dos principais partidos de oposição e incorporou “um vasto movimento social, composto desde por intelectuais e artistas, até associações as mais diversas, como a OAB, ABI, CNBB, dentre outras” (*Ibid.*).

No período que antecedeu à votação da emenda, comícios levaram milhões de pessoas às ruas das principais capitais do país. Apesar da mobilização, a emenda não foi aprovada e Tancredo Neves foi eleito presidente de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral do próprio regime. Primeiro presidente civil desde o golpe de 1964, Tancredo morreu às vésperas da posse. Quem assumiu foi o vice, José Sarney (que meses antes ainda era presidente da Arena, partido do regime militar), com um ministério cheio de nomes ligados à ditadura. O governo seria marcado pela “farsa da Nova República”, que “desnudava-se com o alinhamento do governo Sarney junto às forças conservadoras” (*Ibid.*, p.89).

Os movimentos e organizações do campo democrático e popular permaneceram mobilizados, principalmente até 1989, quando aconteceu a primeira eleição direta para presidente da República desde o início da ditadura, com a participação de 72,2 milhões de eleitores. A expansão desse projeto, no entanto, acabou enfraquecida por uma

“transição negociada” (*Ibid.*, p.87), e nas eleições de 1989 sagrou-se vitorioso o projeto liberal-democrático, que se consolidaria na década seguinte (CODATO, 2005, p.84). O que foi feito, então, desse projeto democrático-popular que quase governou o país?

1.2.Os movimentos populares

Nesse período, com a perspectiva de construção de um “projeto alternativo de sociedade”, pretendia-se “expandir para toda a sociedade a democracia popular” (SEMERARO, 2007, p.100-101), o que seria o ponto culminante de um processo de libertação para que as massas pudessem fazer política com as “próprias mãos”, expressando a vontade “das classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte de governo” (GRAMSCI, v.1, 2004, p.388). Para isso, era necessário mais que contrapor-se ao Estado autoritário, “era preciso conquistar espaços na complexa rede da sociedade civil e organizar-se como sociedade política” (SEMERARO, 2009, p.109). Acreditamos que é nesse contexto que se aprofunda e se fortalece o projeto democrático-popular, para inseri-lo de forma intensa na disputa pela hegemonia durante os anos 1980.

Entre o fim dos anos 1970 e os primeiros anos da década seguinte, os movimentos populares vão ampliando espaço no cenário político, mesmo antes do fortalecimento dos partidos de oposição ao regime autoritário. São constituídos a partir de “novas práticas e novos valores” (PALUDO, 2001, p.49) e articulados em Associações e Movimentos Comunitários, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs, criadas ainda nos anos 1960) e diversas pastorais da Igreja Católica, como a Pastoral da Terra (1975), e ainda em uma infinidade de grupos, como os movimentos de mulheres, o Movimento Negro Unificado (1978); Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (1980); Centros de Educação Popular (atuais Organizações Não-Governamentais); Movimento de Luta pela Moradia; Movimento de Justiça e Direitos Humanos; Movimento de Luta contra a Aids; Movimento pela Liberdade de Orientação Sexual; Movimentos de Luta pela Saúde e dos Idosos/Aposentados; Movimento pelas Diretas-Já (1984); Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985); Movimento dos Atingidos por Barragens (1988); Movimento pela Constituinte e Movimento em Defesa da Escola Pública (1988), entre outros (*Ibid.*, p.52-57).

Esses novos movimentos populares defendiam a “construção de uma democracia radical (entendida esta como combinação de democracia política com igualitarismo social)” (SCHERER-WARREN; KRISCHKE, 1987, p.11). Tinham como característica

“novas formas de participação” política, alternativas às “instituições tradicionais de representação”, numa ruptura com as “concepções autoritárias, elitistas e corporativas, que só concediam aos trabalhadores um espaço tutelado e subordinado” (*Ibid.*). Havia, portanto, um “projeto alternativo em construção”, em que se buscava superar os paradigmas clássicos de interpretação e uma visão “otimista ou voluntarista” dos movimentos populares (*Ibid.*, p.14).

1.3.Educação política, organizações e movimentos populares

Diversos movimentos populares articularam-se nesse período através de experiências inovadoras na política e na educação, concordando com Paulo Freire em sua crítica ao “mito da neutralidade da educação” e em defesa do “ponto de vista crítico”, a partir do qual “é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político” (FREIRE, 1989b, p.15). O MST e os inúmeros movimentos populares, cuja efervescência marcou o período de expansão da sociedade civil pós-ditadura, buscaram realizar experiências que unissem educação e política. As organizações políticas surgidas nesse processo, principalmente o PT e a CUT, também articularam iniciativas de educação política popular. Mas a “construção de uma democracia radical”, que constituiu um farol para todo o campo democrático popular nos anos 1980, incluindo partidos, sindicatos e movimentos populares, permanece como horizonte dessas organizações e movimentos?

A ação educativa do MST não está isolada do projeto político do movimento, e a formação política é considerada tarefa central, sendo possível interpretar o processo de formação política no MST como um “processo educativo”, em que a escola seria “um dos momentos do processo” da educação, que acontece nas “próprias relações que o constituem” (CALDART, 2004, p.79-84). A educação no MST assume explicitamente seu caráter de “educação para a transformação social” (MORISSAWA, 2001, p.246), reafirmando com Freire a “natureza política do processo educativo”.

É preciso investigar também, de forma mais aprofundada, as experiências político-pedagógicas dos diversos movimentos populares, menores e mais localizados, que ajudaram a constituir o campo democrático popular. Não é apenas nos exemplos das grandes organizações que podemos encontrar terreno fértil para pesquisa, mas também no imenso leque de experiências acumuladas ao longo dos anos de luta pela libertação.

Na formação do PT, a educação política também foi, desde o princípio, um elemento fundamental. O Instituto Cajamar (Inca), fundado em 17 de julho de 1986 sob a presidência de Paulo Freire, foi o “primeiro instituto de educação política popular de

caráter nacional”, e pretendia “dar resposta às demandas de formação das organizações dos movimentos populares, do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores” (CAETANO, 1995, p.47). Apesar de inspirado em Paulo Freire, segundo Caetano o Inca acaba por distanciar-se de uma democracia popular e radical, através, por exemplo, do “vanguardismo” na formação dos dirigentes ou do “centralismo” que pretendia reproduzir a dominação da maioria por um pequeno grupo (CAETANO, 1995, p.85).

No contexto latino-americano dos anos 1970 e 1980, os movimentos populares desenvolveram-se apesar das ditaduras e da dificuldade de comunicação e articulação, “estruturas subversivas básicas [...] as quais, em tempos de relativa liberalização, podem chegar a constituir movimentos sociais” (KÄRNER, 1987, p.25). Segundo Kärner, o “poderoso movimento operário democrático e popular” que, no Brasil dos anos 1980, derivou no PT, teria criado uma exceção entre os partidos de esquerda na América Latina, que então não incluíam entre seus interlocutores “os explorados e indigentes das favelas, que se encontram à margem do movimento trabalhador tradicional” (*Ibid.*, p.26-29). Porém apesar dessa proximidade identificada por Kärner, em suas origens, com os mais espoliados pelo capitalismo, e de ter sido o expoente principal do campo democrático popular nas eleições de 1989, o PT não sustentou a defesa da “democracia radical” pretendida pelos movimentos populares.

2.Redemocratização, movimentos populares e “revolução passiva”

A redemocratização foi um período marcado por uma intensa atividade política, tanto no aspecto parlamentar quanto em termos de mobilização popular, o que reforçava a possibilidade real da construção de uma democracia efetiva. Por outro lado, houve também uma intensa reação de alguns setores conservadores no sentido de manter a correlação de forças. A partir dessa constatação, acreditamos que é possível analisar essa transição política segundo a idéia de “revolução passiva”, de acordo com a formulação de Antonio Gramsci:

O conceito de revolução passiva me parece exato [...] para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. (GRAMSCI, v.5, 2002, p.209-210).

Ou ainda:

[...] ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país

modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. (*Id.*, v.1, 2004, p.299)

Embora Gramsci tenha formulado o conceito na Itália, nas primeiras décadas do século XX, é possível enxergar paralelos com a história de outros países, como o Brasil. Nas palavras de Carlos Nelson Coutinho, vivemos períodos de uma “revolução-restauração”, que seria sinônimo de “revolução passiva”. Ao contrário de uma “revolução popular”, que é realizada a partir dos “de baixo”, a “revolução-restauração” implica sempre em dois momentos:

[...] o da ‘restauração’ (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ‘de baixo para cima’) e o da renovação (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes). (...) O aspecto restaurador, portanto, não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas. (COUTINHO, 2003, p.198-199).

Segundo Alberto Rodrigues, os “novos arranjos institucionais” que seriam compatíveis com uma expressão plena da participação popular no sistema político formal foram preteridos, durante a redemocratização, em favor de “pactos políticos firmados entre elites políticas”, consolidando a entrada na democracia “por meios não-democráticos” (RODRIGUES, 2001). Para Rodrigues, o processo que construiu “a agenda política da campanha das *Diretas-Já*, no topo da qual está a institucionalização de uma democracia participativa, continua em aberto” (*Ibid.*).

Ou seja, o fim da ditadura não representou o início de um regime verdadeiramente democrático. Parafraseando as palavras de Gramsci, poderíamos dizer que o “velho” está custando a morrer, enquanto o “novo” ainda não consegue nascer (GRAMSCI, v.3, 2002, p.184). Não por acaso, no final dos anos 1970 e nos 1980, as idéias de Gramsci começam a circular com bastante vigor nos movimentos populares (SEMERARO, 2009, p.110).

A rigor, é possível dizer que os movimentos de libertação latino-americana são a versão tropical do que Gramsci havia delineado como filosofia da práxis, quer dizer, de uma filosofia que se faz política e de uma política que inspira a filosofia. (*Ibid.*, p.100)

Para Gramsci, as contradições do avanço do capitalismo e das conquistas políticas das massas estão imbricadas numa permanente relação de disputa. Neste contexto, a dominação econômica passaria a ser exercida em conjunto com a *hegemonia*

na sociedade civil, ou a “direção político-cultural” das classes subalternas pelas classes dirigentes.

O exercício ‘normal’ da hegemonia [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações (GRAMSCI, v.3, 2002, p.95).

Entre os anos 1978-1989, os movimentos populares brasileiros se organizaram em torno da necessidade de disputar a hegemonia diante do controle pelas classes dominantes, para além da economia e do poder militar, de setores estratégicos como a mídia de massas e a produção científica. Paulo Freire sintoniza-se com essa perspectiva, assim como os principais movimentos populares dos anos 1980, para os quais “era urgente ganhar o consenso ativo da população” (SEMERARO, 2009, p.109-110).

Em 1989, com a eleição de Fernando Collor, apresentado como “caçador de marajás” e “administrador eficiente”, anuncia-se a visão da democracia como um “problema de gestão”, como se a capacidade administrativa fosse o requisito mais importante de um governante dito democrático. A própria democracia deixa de ser uma “questão de socialização” e transforma-se num “problema de gestão”, perdendo o caráter de “esperança coletiva” para se resumir a “um acerto técnico-administrativo”, a partir do qual a democracia passa a ser identificada com o mercado, “a cidadania com o consumismo e o político avaliado pelos critérios da publicidade e da venda de imagem” (SEMERARO, 2004, p.66-68).

Nesse cenário, toda a força popular que se amplificou na redemocratização foi secundarizada. A perspectiva de um projeto alternativo de sociedade parece distante para a maioria. Mas, se é possível pensar que o projeto de democracia popular “não aconteceu”, por outro lado, parece claro que uma democracia real, com efetiva participação popular, nunca foi implantada no Brasil. A redemocratização está por ser completada, e passa pelo projeto de democracia popular – e não mais pelo projeto liberal que vingou com a “revolução passiva” que modernizou, mas não democratizou efetivamente a sociedade brasileira.

Referências

CAETANO, M. **Educação para a transformação ou para mudar as algemas de mão?** Um estudo sobre educação e formação no Instituto Cajamar – INCA. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação/Unicamp, 1995.

- CODATO, A. “Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 25, 2005.
- COUTINHO, C. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989a.
- _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23ªed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989b.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v.1. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. **Cadernos do cárcere**, v.3. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **Cadernos do Cárcere**, v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- KÄRNER, H. “Movimentos Sociais: revolução no cotidiano”. In SCHERER-WARREN, I. (Org.); KRISCHKE, P. (Org.). **Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MENDONÇA, S.; FONTES, V. **História do Brasil recente: 1964-1992**. 4ªed. São Paulo: Ática, 2004.
- MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- NASSIF, M.; AGOSTINE, C. “Vida melhor não depende do governo”. **Valor Econômico**. São Paulo, 23 jan. 2007. Disponível em <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=2681>>. Acesso em 09/12/2009.
- PALUDO, C. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- RODRIGUES, A. “Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil”. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, nº17, 2001.
- SCHERER-WARREN, I. (Org.); KRISCHKE, P. (Org.). **Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SEMERARO, G. **Libertação e hegemonia**. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.
- _____. “Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR, nº 29, p. 95-104, 2007.
- _____. “O educador político e o político educador”. In SEMERARO, G. (org.). **Filosofia e política na formação do educador**. São Paulo: Idéias e Letras, 2004.